

## O MARXISMO BRASILEIRO (1922-1969): A VOCAÇÃO STALINISTA DA TEORIA DA TRANSIÇÃO

Claudinei Cássio De Rezende

Quando Lukács proferiu que “/.../a exigência do nosso tempo é que o socialismo se liberte das cadeias dos métodos stalinianos”,(Lukács, 1977, p.6) já se tinha dimensão da herança metodológica do stalinismo que se abateu sobre o movimento comunista internacional. Hoje, no *post-festum*, na lúgubre depleção do movimento comunista mundial, analisamos o caso brasileiro. De nenhuma boa fé é lícito julgar que atribuímos a Stalin e ao stalinismo do Komintern a responsabilidade total do fracasso do movimento comunista internacional. Do mesmo modo, fazer a crítica ao stalinismo não significa, como pensam alguns, uma perda de prestígio para o marxismo, mas diametralmente ao contrário, uma vez que Stalin é a adulteração soturna do legado ontológico marxiano. Para caracterizar o conceito “stalinismo”, nos debruçamos sobre Lukács, que faz a crítica implacável tendo como eixo central o problema do método de Stalin e das dimensões que o stalinismo tomou no desenvolvimento do Estado soviético. Escreve,

Começo por uma questão de método, aparentemente muito abstrata: a tendência staliniana é sempre a de abolir, quanto possível, todas as mediações, a de instituir uma conexão imediata entre os fatos mais crus e as posições teóricas mais gerais. Precisamente aqui aparece claramente o contraste entre Lênin e Stálin. (Lukács, 1977, p.6)

Lukács lembra a categoria de recuo, que era tão sabiamente utilizada por Lenin, mas que por Stalin se esvai, achando um modo de dar justificativas às suas ações, apresentado-as como consequência direta e necessária da doutrina que por ele foi chamada de marxista-leninista. Para conseguir esse feito, Stalin suprimiu todas as mediações e estabeleceu uma ligação imediata entre teoria e prática. Muitas vezes adulterou escritos de Lenin para conseguir adaptar sua prática à teoria leninista, pois realizava generalizações citatológicas. Vale lembrar, *verbi gratia*, seu debate com Trotsky sobre a questão chinesa. Enquanto Trotsky defendia a tese de que,

/.../já que na China predominavam relações asiáticas típicas de produção, estudadas teoricamente por Marx, uma revolução democrático-burguesa (correspondente à passagem do

feudalismo ao capitalismo na Europa) era supérflua, devendo adotar-se o programa imediato de uma revolução proletária. Stálin compreendeu bem a falsidade e periculosidade política desta posição. Mas, em lugar de refutá-la com uma análise concreta da situação chinesa contemporânea e dos objetivos táticos pela mesma exigidos, deduziu *sic et simpliciter* a partir dos princípios gerais da ciência a estrutura das relações asiáticas de produção e estabeleceu a existência de um feudalismo chinês e asiático em geral. Em seguida, toda a orientalista na União Soviética foi chamada a situar uma formação inexistente (o “feudalismo asiático”) na base de suas pesquisas. (Lukács, 1977, p.6)

É exatamente sobre esse aspecto metodológico que se assentou a verdade stalinista da história. Nenhuma ciência socialista<sup>1</sup> escapara ilesa dessa redução metodológica. É sobre esse eixo que caminhou, de maneira infiel e ulterior ao pensamento marxiano, o Komintern stalinizado com a teoria etapista, que guiou ora direta, ora indiretamente, a chamada revolução mundial e influenciou o rumo da esquerda brasileira por quase meio século, propugnando um universo arquetípico da realidade.

Não obstante, a necessidade de uma teoria da transição apareceu com urgência como fruto da revolução de outubro e, conseqüentemente, mesclou-se com as determinações específicas e os interesses da sociedade soviética. O próprio debate sobre o “socialismo em um só país” fora perplexo pelo fato de que propugnava que um país devastado, subdesenvolvido e em situação de isolamento daria, *per se*, o grande salto à frente por toda a humanidade. Isso se agrava agudamente com a vitória do stalinismo no movimento comunista mundial, quando o “caminho soviético para o socialismo” veio a ser proclamado como modelo compulsório para toda transformação socialista possível e adotado pelo Komintern.

Nem a chamada desestalinização promovida por Khrushchev consegue dar conta da problemática – sobretudo, porque tratou de reafirmar o mérito staliniano nos expurgos de seus oponentes, tratando apenas de rever os problemas morais, enquanto a urgência apontava para meio século de marxismo quimérico. Mészáros corrobora: “A

---

<sup>1</sup> Tampouco as ciências naturais. Podemos citar o emblemático caso do lyssenkismo. Trofim Denissovitch Lyssenko (1898-1976), apoiado por Stalin, contrariando toda a ciência genética das plantas de sua época, criou um método de desenvolvimento agrário que trouxe um ônus enorme à economia soviética. Atrasou também o desenvolvimento da biologia na URSS, onde os propagadores da “genética ocidental” foram presos e executados como traidores do povo soviético, nos expurgos de 1937-1938.

urgente necessidade de tal teoria apareceu na agenda histórica com a Revolução de outubro, mas se afirmou numa forma parcial inevitável. Assim teve de ser, primeiramente por causa do peso dos constrangimentos e contradições locais, sob os quais a revolução teve de ser empreendida como uma *holding operation* (Lênin) para que pudesse sobreviver. Mas, além disso, a parcialidade em questão foi consequência das determinações históricas essencialmente defensivas a que as forças combatentes socialistas do período estavam sujeitas, na sua confrontação desigual com o capital. Estas últimas representaram um submergente condicionante negativo, que Stalin, apologeticamente, transformou em virtude e modelo, frustrando e paralisando, assim, até mesmo a limitada dinâmica potencial do movimento socialista internacional, por décadas.” (Mészáros, 1988, p.121)

Arquétipos muito mais próximos ao pensamento weberiano do que ao pensamento marxiano que tomaram dimensões singulares na idéia da revolução mundial e que balizou também o pensamento social brasileiro. Embora com até certa autonomia, a formulação pecebista de maior difusão acerca da revolução no Brasil caminhou sincronicamente com as teses do VI Congresso do Komintern, de 1928, e sua reafirmação em 1929. Tal formulação pelo Komintern estabelecia uma revolução por etapas, classificando os países por seu desenvolvimento histórico, agrupando-os em blocos, a saber, países de alto desenvolvimento, médio desenvolvimento e países coloniais e semicoloniais. De acordo com tais teses, nesse terceiro bloco a luta deveria concentrar forças contra o feudalismo instalado nesses países, e pelo desenvolvimento agrário antiimperialista, noutras palavras, a luta circundava a independência nacional. Quando, portanto, no Brasil em 1929 o PCB, umbrícula da Internacional, adere às teses<sup>2</sup>, já havia a tentativa de alianças dos comunistas com os “setores democráticos e progressistas” de uma “burguesia nacional”. De sorte que os comunistas brasileiros de maneira geral acreditavam que a burguesia brasileira possuía um projeto nacional.

Nos cinquenta anos iniciais do PCB, e aqui não se exclui nenhuma das suas dissidências oriundas da fratura da esquerda durante a ditadura, a *weltanschauung*

---

<sup>2</sup> O primeiro esforço sintético de teorização da revolução brasileira foi um texto preparado por Octávio Brandão para uma reunião da direção do PCB em outubro de 1927 e que foi publicado com alterações no nº6 da revista Autocrítica com o título: “O proletariado perante a revolução democrático-pequeno-burguesa”. Nesse sentido, está evidente a confusão do caráter burguês da revolução com o seu agente. Sobre uma primeira aparição de um feudalismo no Brasil, temos Capistrano de Abreu em seu ensaio

hegemônica fora pela realização da quimérica revolução democrática nacional, que pudesse comungar um estatuto de cidadania, um desenvolvimento das forças produtivas do capital, e erigir um Estado nacional democrático, como pressuposto da revolução socialista.

E de fato encontramos na análise de Lenin (1986) sobre a Rússia de 1905 um embasamento que demonstra claramente que uma revolução socialista sucumbiria se não se assentasse antes em uma base material claramente burguesa, na medida em que a sociedade burguesa traz consigo avanços necessários para o desenvolvimento das forças do trabalho.

Segundo Lenin (1986), para a burguesia russa era mais vantajoso que as transformações num sentido democrático e burguês ocorressem mais lentamente, mais gradualmente, pelas vias de reformas e não de revolução, mantendo conciliações numa modernização reacionária. Para o proletariado era mais vantajoso que esse avanço acontecesse por meio de uma revolução burguesa. Desse pensamento se consagra a tese do Komintern, exterior ao pensamento de Lenin, de que inexoravelmente em todos os países atrasados a revolução burguesa deveria se concretizar plenamente antes de uma possível revolução socialista.

Ainda sem a interferência do Komintern<sup>3</sup>, a teorização do protomarxista Octávio Brandão (1985) sobre a revolução brasileira fazia um desenho estratégico de ação do operariado para a revolução burguesa em face da crise da República dos oligarcas. Sua teoria, não fugindo do caráter etapista, ainda conseguia verificar a possibilidade de uma aliança com os trabalhadores rurais e a burguesia para a revolução democrática, que no fim, seria guiada pelo proletariado. Percebendo no Estado agrário o maior entrave para o desenvolvimento econômico do capital, Brandão propugna uma frente-única anti-

---

“Capítulos de história colonial” de 1907, onde realçava elementos feudais na organização das capitâncias hereditárias.

<sup>3</sup> As interferências mais incisivas do Komintern no PCB ocorrem após a realização do III Congresso do PCB, quando o “segundo período de bolchevização” foi colocado em prática pelo PC russo e o stalinismo se expandiu a todas as organizações vinculadas diretamente ao Komintern. Sua política intervencionista dissolve o primeiro período do PCB sob o signo de “perigos de direita”, culminando no afastamento dos líderes do PCB, Astrojildo Pereira e Octávio Brandão. Isso viria a ser chamado de “proletarização” do partido. O Komintern indica José Villar, substituindo Heitor Ferreira Lima na secretaria geral do PCB, isto é, desmantelando seu núcleo antigo. Toda a teorização original da revolução burguesa, vista como democrático-pequeno-burguesa por Octávio Brandão, foi descartado sumariamente por conta da chamada buxharinização do movimento comunista internacional, sendo, cronologicamente, o VI Congresso do Komintern, o III Congresso do PCB, a I Conferência dos Partidos Comunistas Latino-americanos, e mais

Partido Republicano “contra os grandes proprietários rurais feudais e imperialistas”, com um alcance amplo, contra todas as frações “da grande burguesia: comercial, industrial, burocrática”. O seu Agrarismo e Industrialismo fora a tentativa de articulação do Bloco Operário – logo transformado em Bloco Operário e Camponês – com o tenentismo<sup>4</sup>.

Três décadas de uma interpretação arquetípica do marxismo pelo PCB se passam, debatendo a quimérica revolução brasileira. Até o Manifesto de Agosto de 1950 o PCB ainda não havia conseguido teorizar além do esquema de construção etapista precedendo a revolução proletária. Na Declaração de Março de 1958, o núcleo dirigente do PCB estava ainda com a débil teoria da existência de relações feudais e semif feudais no campo. O calcanhar de Aquiles da Declaração foi ratificar a revolução por etapas e seu caráter-nacional libertador, contando com uma aliança com a burguesia progressista, que romperia por si só com o imperialismo e com os restos “feudais”.

Mesmo com a dissolução do Komintern na Segunda Guerra Mundial e do Kominform em 1956, a gravitação dos partidos comunistas do mundo todo ainda era em torno do PCUS. De sorte que doravante deixava de ser intermediada por um órgão internacional, sendo diretamente ligada ao Partido. Mazzeo é preciso ao afirmar que

a tentativa de atualização do instrumental teórico utilizado pelo partido não permitiu a ruptura com sua raiz dogmática e de aplicação mecânica das velhas concepções forjadas pela IC. Ao contrário, reafirmava-a em seu núcleo teórico mais negativo – o “etapismo” e a visão arquetípica da realidade nacional. /.../ A Declaração de Março será a expressão de um exaurido instrumental teórico, adequado a um grupo dirigente tardio, que materializava em sua concepção política a via stalinista de socialismo.(Mazzeo, 1999, p.87)

O desenvolvimento dessa teoria que se segue nos anos 1950 sofrera um grande golpe quando aparece o questionamento de Caio Prado Júnior em 1960, por ocasião do V Congresso do PCB. Caio Prado Júnior já reconhecia que a idéia de que a evolução histórica da humanidade se realiza através de etapas invariáveis e predeterminadas era inteiramente estranha a Marx e Engels. Marx nunca estendera a interpretação do que

---

tarde a influência de Jules Humbert-Droz no Bloco Operário Camponês. A figura de Luis Carlos Prestes fora importante no período stalinista do PCB.

<sup>4</sup> Sobre a temática, Cf. DEL ROIO, M. *A Classe Operária na Revolução Burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

ocorria na Europa, a germinação das formas capitalistas de produção no seio da economia feudal, para as demais partes do mundo. Tampouco criou um determinismo em que há estágios invariáveis de desenvolvimento a serem atingidos e ultrapassados a dar finalmente num socialismo, como numa fatalidade histórica. Caio Prado Júnior já criticava a política do PCB e sua subordinação à política internacional:

Nada há portanto tão estranho ao marxismo e dele afastado como pretender dispor a evolução histórica das sociedades em geral dentro de uma sucessão predeterminada de sistemas econômicos, sociais e políticos que se encontrariam em todos os povos e que eles necessariamente atravessam. E é isso que fizeram e ainda fazem certos pseudomarxistas, sem ao menos se darem conta disso, quando prefixam para todo e qualquer país uma etapa feudal, que existiu na Europa precedendo o capitalismo, e de que esse capitalismo resultou ou a que sucedeu. (Prado, 2004, p.35)

Quando a obra de Caio Prado (2004), *A Revolução Brasileira*, foi apresentada como programa ao VI Congresso do PCB, o movimento comunista nacional amargava a derrota de 1964, e o movimento comunista internacional passava por uma reconfiguração de seu padrão analítico, desde 1956, oriunda do XX CPCUS.

Apesar do contexto nacional e internacional, Caio Prado continuou na marginalidade em detrimento da teoria “consagrada” de Nelson Werneck Sodré, que casara sempre com o PCB. Para Prado a teoria consagrada da revolução brasileira fora arquitetada conjuntamente com um bloco de países com características distintas, e que, logo não encontrando no Brasil características capitalistas desenvolvidas, se presumiu que estivéssemos no esquema geral da transição, típica da Europa, do feudalismo para o capitalismo. Daí parte-se a teoria etapista de que há uma maneira única e universal de combate ao imperialismo, isto é, de extirpar os resquícios “feudais” do campo brasileiro, que seria do mesmo modo, *ipsis litteris*, que na Ásia. Acusa que teria que segundo esse esquema absurdo,

haveria necessariamente que passar através de estados ou estágios sucessivos de que as etapas a considerar, e anteriores ao socialismo, seriam o feudalismo e o capitalismo. Noutras palavras, a evolução histórica se realizaria invariavelmente através daquelas etapas, até dar afinal no socialismo. (Prado, 2004, p.32)

Jules Humbert-Droz<sup>5</sup>, embora tentasse particularizar o Brasil nesse esquema, corroborando com Caio Prado Jr. sob o viés capitalista brasileiro, era impotente. No material preparatório, nas teses e no informe de Humbert-Droz no VI Congresso do Komintern, não existem referências às formas feudais de produção na América Latina, mas sim de semicolônia e de produção colonial-capitalista. A formulação feudal-medieval vai aparecer pela primeira vez no Programa do Komintern, absorvida na I Conferência dos Partidos Comunistas Latino-americanos, realizado em 1929, quando, efetivamente serão elaborados elementos gerais de uma teoria de revolução na América Latina, por conta do sucesso da insurreição mexicana e da revolução chinesa – derivando daí, também, a idéia de uma *via chinesa* latino-americana.

Caio Prado analisou o desenvolvimento econômico do feudalismo particular que levava Lenin a escrever sobre a necessidade da revolução democrática, não encontrando sequer um paralelo com o caso brasileiro, isso porque, dizia, no Brasil faltou a base em que se assenta o sistema agrário feudal, ou seja, uma economia camponesa com exploração parcelária da terra ocupada e trabalhada por camponeses. No Brasil a questão da terra passa a ter uma singularidade. Segundo Prado, a natureza histórica da propriedade rural brasileira é absolutamente diferente, ocorrendo exploração comercial em larga escala. Ademais, todo trabalhador do campo no Brasil conhecia de alguma forma, quando se pôs fim ao trabalho negro forçado, o assalariamento. E mesmo que se às vezes o pagamento fosse híbrido entre salário e valor *in natura* não se tratava de um camponês propriamente, mas de um trabalhador subordinado ao proprietário numa venda direta da força de trabalho, fórmula capitalista. O escravo e seu sucessor assalariado não lutam como o camponês pela livre utilização da terra. O próprio desenvolvimento das forças produtivas da condição indígena pré-colombiana no Brasil era distinto da condição mexicana, por exemplo. Enquanto o camponês se achava

---

<sup>5</sup> Jules Humbert-Droz foi responsável pelos partidos latinos no Komintern, e foi dirigente do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista. Vinculado politicamente a Bukharin, seu relatório como contribuição preparatória para o VI Congresso do Komintern continha importantes esforços analíticos que procuravam ressaltar aspectos particulares da realidade latino-americana. Caracterizou os países da América Latina como semicoloniais, percebendo o caráter dependente das suas burguesias nacionais em relação ao imperialismo. Em suas teses está ausente o caractere feudal na colônia e em seu lugar temos a caracterização de semicolônia e de regime colonial capitalista. Cf. Relatório de Humbert-Droz ao VI Congresso Mundial da IC, in G. Perillo. *L'America Latina al VI Congreso del IC*, Movimento Operaio Socialista, Rivista Trimestale di Storia e Bibliografia, nº 2-3, 1970. Cf. também PINHEIRO, P.S. *Estratégias da Ilusão*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

associado à terra, o assalariado se liga diretamente ao empregador na fórmula marxiana da mais-valia.

No momento em que a obra caiopradiana inspira o rompimento de vários comunistas por conta do arremate aflitivo do chofre de 1964, levando-os à luta armada, Carlos Marighella cria a ALN pois, vendo a posição pacífica do PCB e somando o sucesso da revolução cubana, viaja a Cuba em 1967 para participar da OLAS. Por conta da ocasião, Marighella não questionava as velhas teses do PCB quanto ao caráter da revolução, mas questionava os agentes dessa revolução. Para Marighella os partidos políticos já não cumpriam mais esses papéis revolucionários, especialmente na intensificação da ditadura no Brasil após o Ato Institucional nº 5, em 1968. Continuava prevendo a revolução brasileira por etapas: a primeira como revolução de libertação nacional burguesa, e a segunda de natureza socialista, num momento em que já se encontrava eliminada a presença do imperialismo na economia. A diferença consistia, portanto, na direção dessa revolução, isto é, na vanguarda. Marighella (1979) começou a acreditar que a falha no caminho da revolução burguesa era a crença de que a burguesia tomaria para si a sua tarefa histórica. Mas não fugiu de arquétipos.

Conforme aponta Ridenti (1993) o projeto de Marighella para a Ação Libertadora Nacional congregava o maior número possível de forças sociais a fim de promover a libertação nacional sob o impulso da guerrilha. A luta armada que se iniciava na cidade e num momento posterior chegava ao campo, cumpriria a tarefa histórica que a burguesia não realizara, ou seja, a etapa democrática da revolução.

Entre outros problemas, Marighella buscou *completar o incompletável* embrião do capital no Brasil por meio de uma revolução – como o nome da organização já diz – de libertação nacional como fase imprescindível de uma revolução socialista. Ao fazer isso, Marighella não buscou reconhecer a particularidade histórica do capitalismo no Brasil, por sua imanência, trazendo de modo mecanicista a teoria que Prado Jr. denominou “consagrada”, ou seja, do caractere feudal no campo brasileiro e da revolução em etapas.

Para Caio Prado Jr., o núcleo basilar da política marxista no Brasil deveria se centrar no proletariado, e não se subordinar à burguesia nacional, sendo que esse proletariado, na medida em que avançasse em sua organização, construiria alianças, inclusive com setores da burguesia que, por um motivo ou outro, momentaneamente,



estivessem em divergências com o imperialismo, já que a burguesia brasileira não apresenta em sua essencialidade um caráter nacional. Prado evidencia explicitamente que o caráter capitalista da colonização desde sua origem se insere no amplo processo que irá desaguar no imperialismo, análise que de *per se* demarca ontologicamente a noção de processualidade genética do capital em seu momento de afirmação.

Desse modo, Caio Prado define o Brasil como uma forma capitalista não-clássica, já que a forma transitória da economia mercantil para o processo de industrialização, ou melhor, da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital, acontece sem a eclosão de uma ruptura revolucionária com sua morfogênese colonial, demonstrando um elemento colonial-escravista do capitalismo brasileiro. Mas essa forma não clássica de edificação do capital no Brasil gera as teses de via prussiana e revolução passiva para o caso brasileiro. Nesse momento, José Chasin (2000), de pena invulgar, demonstra preocupação com tais conceitos; esta preocupação traduz-se na busca de entender a particularidade histórica do processo de industrialização brasileiro, intelecção que, apesar de representar um avanço sem precedentes na historiografia da esquerda brasileira, poderia correr o risco de se cair novamente em um modelo arquetípico da análise da particularidade histórica brasileira.

Como parte de seu esforço analítico de apreender a realidade brasileira, Chasin recusa todo e qualquer arquétipo que a explique. Tal recusa alcança, inclusive, os modelos impostos pelo Komintern e Kominform. Podemos perceber isto no fato de Chasin – tendo Lukács como mediador – tomar as proposições marxianas não como verdades absolutas e atemporais, mas sim como exemplos de esforço e autênticos procedimentos de rigor analítico do processo de extrair do próprio objeto caracteres essenciais que permitam entendê-lo – no caso de Marx, eminentemente, o capital e a construção do devir do homem. Portanto, Chasin se apóia na recuperação de um estatuto ontológico do pensamento marxiano. Logo,

o esforço de encetar a análise ontológica da realidade brasileira implicou a crítica e superação das abordagens que tomam o caráter universal do modo de produção capitalista e os traços singulares de cada formação social como categorias exteriores uma à outra, de sorte que o primeiro se reduz a um conjunto de ‘atributos e leis genéricas’ que, em seu isolamento, se enrijecem e autonomizam, adquirindo as feições de modelo, enquanto os segundos, também graças ao isolamento, reduzem-se a dados

imediatos, cujo efetivo significado resta inalcançável. A inteligência adequada da realidade exige a dissolução desses coágulos enrijecidos pela mediação de suas formas específicas de existência: a particularidade, “ou realçando a dimensão ontológica, à verificação de que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a universalidade de sua anatomia, mas que a realizam através de objetivações específicas.” (Cotrim, 2000, p.III)

Diante desse quadro, percebemos que a análise chasiniana da objetivação do capitalismo industrial brasileiro se revela distante da análise enrijecida e (muitas vezes) importada que a esquerda brasileira possui, visto que esta se desobriga da tarefa de estudar o tecido societário sobre o qual se desdobra o campo econômico-político brasileiro, uma vez que este é determinante de como se objetiva nosso capitalismo industrial. A postura desta esquerda, que vai do antigo PCB até a nova esquerda – surgida no princípio da distensão da ditadura e já despossuída de qualquer pretensão de revolução –, revela-se em nada semelhante com a de Marx. Chasin afirma que

a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatária, tendo por eixo a conciliação entre o novo emergente e o modo de existência social em fase de perecimento. Inexistindo, portanto, a ruptura superadora que de forma difundida abrange, interessa e modifica todas as demais categorias sociais subalternas. Implica um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, expressamente tolhe e refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraindo do seio da conciliação as condições de sua existência e progressão. Nesta transformação ‘pelo alto’ o universo político e social contrasta com os casos *clássicos*, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se “reúnem os *pecados* de todas as formas de estado. (Chasin, 2000, p.42)

Em vista disso, se o conceito de via prussiana consegue adequadamente divisar a objetivação do capitalismo industrial nos países que sofreram um passado feudal, que atravessaram por um processo de industrialização tardio, que não romperam com a classe em decadência e muito menos se apoiaram no proletariado para tal sucesso; o mesmo conceito não consegue, entretanto, dar respostas satisfatórias para o caso dos países com passado colonial e marcados por um forte laço de dependência em sua história.

Para o autor a comparação do caso alemão com o brasileiro é válida por diversos fatores; dos quais podemos destacar o fato dos dois países serem marcados fortemente pela presença da grande propriedade rural; a modernização que se dá por um reformismo, realizado através da aliança da burguesia com a antiga classe dominante, em que se faz ausente a ruptura com a velha estrutura e a participação da classe trabalhadora no processo. Ao caso brasileiro, Chasin cunha a categoria de via colonial. A diferença primordial entre a via prussiana e a via colonial reside no fato de que no caso alemão a industrialização é tardia, ocasiona uma gama de problemas de ordem democrática e a exclusão das massas de direitos democráticos, mas apesar disto consegue estabelecer um capitalismo autônomo, alcançando na aurora do século XX o mesmo estágio das nações que passaram pela via clássica (Inglaterra e França) e lutando com elas de igual para igual pela re-divisão do mercado mundial. Ao passo que no caso brasileiro a industrialização é hiper-tardia, impede a instalação de uma democracia liberal – dentro dos limites do capitalismo e, semelhantemente ao caso alemão, exclui as massas de direitos democráticos. A miséria brasileira é, desta sorte, mais perversa que a alemã, pois a burguesia brasileira, caudatária e subordinada ao capital externo, desde o início da via colonial, que coincidentemente se inicia na mesma época que a Alemanha e Itália completam sua industrialização, até a sua completude com a inflexão da mundialização do capital no início dos anos noventa do século passado, não procurou estabelecer um desenvolvimento autônomo, que objetivasse o ingresso do país no panteão dos países centrais e, tampouco, buscou cortar seus laços de dependência. Em resumo:

A industrialização subordinada ao capital externo, capitaneada pela produção de bens de consumo duráveis, conciliada com a estrutura agrária herdada da colônia e assentada na superexploração do trabalho, portanto na exclusão econômica dos trabalhadores, é a marca da estreiteza econômica da burguesia brasileira, determinante de sua estreiteza política: incapaz de dominar sob forma efetivamente democrática – porque impossibilitada de lutar ou sequer perspectivar sua autonomia econômica, e, assim, de se pôr à frente de um projeto de cunho nacional, apto a incluir, embora nos limites do capitalismo, as classes a ela subordinadas –, a burguesia brasileira só pode exercer seu poder político sob forma autocrática. (Cotrim, 2000, p. VI e VI)

Quando fica descortinado que um dos complexos categóricos da via colonial que se objetiva o capitalismo brasileiro é a ausência de processos revolucionários para a entificação do que Marx denominou capitalismo verdadeiro, a burguesia se vincula entre o acabamento da transição à autocracia, indicando que, nesses seus passos finais, a burguesia brasileira abandona definitivamente qualquer intenção de autonomia que pudesse ter alimentado antes, assumindo plenamente sua condição subordinada. Assim, a revolução burguesa como resultado da aliança entre a burguesia progressista brasileira e os trabalhadores, era tão quimérica quanto a própria burguesia engendrar uma veleidade de revolução democrática matizada pela vertente pecebista.

Chasin define a miséria brasileira quando diz que ela

é a determinação particularizadora, para o âmbito do capital e do capitalismo de extração colonial, da fórmula marxiana de “miséria alemã”. Compreende processo e resultantes da objetivação do *capital industrial* e do *verdadeiro capitalismo*, marcados pelo acentuado atraso histórico de seu arranque e idêntico retardo estrutural, cuja progressão está conciliada a vetores sociais de caráter inferior e à subsunção ao capital hegemônico mundial. Alude, portanto, sinteticamente, ao conjunto de mazelas típicas de uma entificação social capitalista, de extração colonial, que não é *contemporânea* de seu tempo. (Chasin, 2000, p. 160)

De sorte que o desenvolvimento da crítica ao modelo imposto pelo Komintern e o esforço para entender a objetivação do capitalismo industrial brasileiro, só alcança a maturidade nas palavras de Chasin, não porque faltava a Caio Prado Junior a clareza para apreender a essência do objeto, mas porque, de fato, o processo da via colonial – entificação do capitalismo industrial brasileiro – não tinha chegado a seu termo. Logo, reflexão que só pôde ser totalmente concretizada quando o objeto se forma completamente, neste caso, a industrialização brasileira ter se efetivada. Chasin, portanto, desvenda, por meio de seu esforço analítico – assentado no retorno à obra marxiana, e na rejeição de todo e qualquer “completar” ou “refundir” da mesma – o chão societário que distingue a objetivação do capitalismo industrial brasileiro de outras fórmulas – a via clássica ou a via prussiana. Torna manifesta a aversão da burguesia a qualquer processo revolucionário que a coloque como centro dos rumos do país e a recusa da esquerda em desvendar o tecido societário sobre o qual a realidade brasileira está composta, que a impossibilita de qualquer ação e programa adequados. A análise

de Chasin não se encerra na constatação das dificuldades da esquerda e da burguesia nacional em assumir o papel que lhes seria natural, ele propõe uma saída possível, cobrando a ultrapassagem desses limites pelo desenvolvimento de uma *praxis* que ferisse a ditadura bonapartista em suas bases estruturais. Para tanto, necessitava opor-lhes um programa econômico alternativo e baseado na realidade brasileira, interpretando a condição de cada momento, a ponto de desmontar a lógica do desenvolvimento nacional contraposto ao progresso social, de maneira que reestruturasse o conjunto da vida nacional a partir da perspectiva do trabalho.

Ultrapassando qualquer nuance dos diversos projetos pecebistas até então, para Chasin, os sujeitos históricos de uma transformação dessa natureza só poderiam ser os trabalhadores, que arrastariam consigo amplas parcelas da classe média (que sempre tendeu a descer às fileiras do operariado) e inclusive setores da pequena e média burguesia.

Esse caminho exigiria e possibilitaria a derrota do mando autocrático em todas as suas formas, ditatorial ou institucionalizada. Simultaneamente, por reordenar o conjunto das relações sociais sob a perspectiva do trabalho, abriria caminho para a superação do capital. É este processo que Chasin denominou de 'dupla transição': a classe trabalhadora, premida por carências básicas... organizada em torno de um programa que atinja e transforme as raízes geradoras desta, ao mesmo tempo em que rearranja o desenvolvimento nacional e o centra no progresso social, ainda sob o modo de produção capitalista, acumula forças, objetivas e subjetivas, para a superação deste último. (Cotrim, 2000, p. XIV)

Com tal proposição, Chasin supera a inexactidão de se entender a objetivação do capital em sua forma plena no Brasil por meio de uma revolução passiva ou pela via prussiana (eximindo-se de uma processualística histórica) onde se propunha completar o capitalismo pela via da revolução democrática, seja com o intento da busca pelo capitalismo nacional autônomo ou pelo aperfeiçoamento da política.

## **Referências**

BRANDÃO, Octávio. O proletariado perante a revolução democrático-pequeno-burguesa. In ZAIDAN F<sup>o</sup>., Michel. *PCB (1922-1929). Na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

CHASIN, J. *A Miséria Brasileira – 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*. Santo André: Ad Hominem, 2000.

COTRIM, Livia. O capital atrofico: da via colonial à mundialização. in CHASIN, J. *A Miséria Brasileira*. Santo André: Ad Hominem, 2000.

DEL ROIO, M. *A Classe Operária na Revolução Burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

LENIN, V. I. *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*. In *Obras Escolhidas*, Vol.1. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LUKÁCS, György. Carta sobre o stalinismo. In *Temas de Ciências Humanas*. Volume 1. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979.

MAZZEO, A.C. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MÉSZÁROS, István. Política Radical e Transição para o Socialismo: reflexões sobre o centenário de Marx. In CHASIN, J. (org.) *Marx Hoje*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ensaio, 1988. p. 121.

PINHEIRO, P.S. *Estratégias da Ilusão*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

PRADO JR., C. *A Revolução Brasileira*. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 2004

RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.